



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 28 de Junho de 2019

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Rejeição de Competências – Decreto-Lei nº32/2019 de 2019-03-04: “Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade”. ---

2º. Ponto – Rejeição de Competências – Decreto-Lei nº44/2019 de 2019-03-04: “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil” -----

3º. Ponto – Proposta de adesão à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo

4º. Ponto – 1º. Relatório Anual de Monitorização da ORU da Avenida e Antigo Campo da Feira -----

5º. Ponto – 1º. Relatório Anual de Monitorização da ORU do Castelo e Arrabalde -----

6º. Ponto – 1º. Relatório Anual de Monitorização da ORU de São Pedro -----

7º. Ponto – Proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Montemor-o-Novo -----

8º. Ponto – Proposta de alteração aos Tarifários Sociais de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo para criação de ATL de Verão 2019 -----

10º. Ponto – Rejeição de Competências -----

– Decreto-Lei 58/2019 de 2019-05-28: “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetadas à atividade portuária” -----

– Decreto-Lei nº72/2019 de 2019-05-30: “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores” -----

11º. Ponto – Aquisição de Serviços “Seguros” – Escolha e Início de Procedimento – Concurso Público (Com Publicidade Internacional) -----

12º. Ponto – Proposta de Contrato de Licenciamento de Software para o Período de 2019/2021 -----

13º. Ponto – Proposta de renovação de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo/Direção Regional de Cultura do Alentejo/Junta de Freguesia de Santiago do Escoural/Associação Amigos Unidos pelo Escoural -----

14º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sr.ª. da Vila,

Bispo e Silveiras (JFUFVBS) – Requalificação da Sede da (JFUFVBS) e Casa das Associações na Rua 5 de Outubro, nº57 -----

15º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre (JFUFCLL) – Requalificação do exterior do Edifício da Associação de Jovens e Sala Multiusos de Cortiçadas de Lavre -----

16º Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----
Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Elisabete Martins em substituição de Maria de Fátima Breia, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Maria Joana Gingão em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Pedro Teixeira em substituição Sónia Cristina dos Ramos, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Raquel Vicente Mendes e Viriato Santos em substituição de João Miguel Amaro Marques registando-se vinte e oito presenças. -----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmen Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para colocar à consideração dos eleitos da Assembleia uma alteração à ordem de trabalhos, a pedido da Câmara Municipal e por caráter de urgência dos assuntos, no sentido de serem incluídos mais seis pontos, sendo aprovada por maioria com uma abstenção do eleito pelo PSD. -----

Passou-se de imediato à discussão da proposta de ata da sessão ordinária do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove e não havendo qualquer proposta de alteração foi a mesma votada e aprovada por unanimidade. -----

Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para apresentar uma declaração política. Referiu que o Partido Socialista assumiu que até ao final do mandato iria proceder à correção da Lei da RATA. Referiu ainda que o decreto-Lei recentemente criado não serve para repor as freguesias extintas, pois apenas seria possível, no que respeita a este concelho, talvez a reposição de três freguesias no máximo, não correspondendo por isso ao que foi afirmado pelo senhor Ministro no Congresso da ANAFRE. -----

De seguida, interveio o eleito senhor Carlos Zorrinho referindo que as questões que envolvem as freguesias rurais têm grande importância, porque muitas das fusões acabaram por se verificar adequadas. Considera que se verifica uma enorme

4

incongruência, porque por um lado a CDU afirma que muitas freguesias não têm os serviços adequados para as suas populações e depois, por outro, a autarquia recusa todo o tipo de transferências, em termos de serviços públicos para dar resposta a esses cidadãos. -----

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras acrescentando que os critérios constantes da referida proposta de lei exigem a realização de serviços públicos completamente impossíveis de concretizar, por parte das freguesias. -----

Usou da palavra o eleito senhor António Xavier para referir que a intervenção do eleito António Danado foi bastante clara e concisa, concordando com a mesma. É da opinião que se este decreto for avante este processo de descentralização de competências deixa de fazer sentido para as freguesias que já aceitaram algumas das transferências. -
Interveio o eleito senhor Pedro Bento para dizer que os eleitos pelo Partido Socialista votaram favoravelmente a proposta de alteração à ordem de trabalhos, porque consideram ser questões de grande importância, referindo que a senhora Presidente da Assembleia não está a cumprir o Regimento, uma vez que esta alteração teria que ser remetida dois dias antes da sessão. Em nome da bancada do Partido Socialista parabenizou a Junta de Freguesia de Cabrela na pessoa da Sra. Presidente pela atribuição do galardão de Eco-Freguesia 2020-2021, sendo a única freguesia do distrito a receber tal menção. -----

De seguida apresentou uma moção denominada *“Prospecção e pesquisa de minerais: Serra de Monfurado”*, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo tomaram conhecimento, com perplexidade e preocupação, da intenção da Direção-Geral de Energia e Geologia de abrir uma nova fase de prospecção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e minerais associados, numa área denominada “Montemor-2, localizada nos concelhos de Évora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas e num dos locais naturais mais emblemáticos e bem preservados do Alentejo e integrados na Rede Natura 2000: a zona de Monfurado. -----

Já em 2014 teve lugar, sem êxito, uma tentativa visando a atividade mineira naquela zona, implicando métodos extrativos que conduziriam à destruição irreversível de vastas áreas de montado de sobro e azinho e do ecossistema que lhe está associado. Tal atividade, a ter-se concretizado, teria provocado danos ambientais catastróficos em termos de destruição da paisagem e da biodiversidade e da contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas. -----

Acresce que as vantagens económicas, no que se refere à criação de riqueza e de emprego, seriam absolutamente insignificantes se se tiver como termo de referência o projeto licenciado em 2014. -----

Assim, os eleitos da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo contestam vivamente a hipótese, por mais remota que possa ser, de que tal crime contra um sítio protegido e de elevado valor ecológico, se possa vir a consumir. -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal aprova esta moção e pretende que a mesma chegue à população e aos órgãos competentes para uma avaliação rigorosa do que está em causa e determine a anulação do Aviso nº 8864/2019, publicado no DR, 2ª Série, nº98 de 22/05/2019. -----

Montemor-o-Novo, 28 de junho de 2019” -----

Sobre o documento, o eleito senhor António Xavier disse que os eleitos pelo CDS-PP vão votar favoravelmente, porque temos de defender a Serra de Monfurado e temos de nos fazer ouvir. É importantíssimo e urgente levar mais gente à Serra e não podemos permitir de modo algum que esta prospeção avance. -----

Interveio de seguida o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas dizendo que tinha intenção de levantar este tema na sessão de hoje, no sentido de serem tomadas algumas medidas. Relembrou da realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, em Santiago do Escoural, aquando do anterior contrato de exploração. Foram ainda realizadas também, reuniões com entidades nacionais. Realçou ainda os perigos, se esta prospeção avançar, por isso temos de utilizar todos os meios ao nosso alcance para a impedir. Os eleitos da bancada da CDU também votarão a favor do documento. -----

Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para dizer que subscreve todas as preocupações já manifestadas. Acrescentou que a decisão final será mesmo do governo, apelando aos eleitos da bancada do PS que faça chegar todos estes anseios do concelho de Montemor. -----

Não havendo outros pedidos para usar da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Ainda no uso da palavra, informou que o número três do artigo décimo oitavo do Regimento da Assembleia Municipal diz respeito ao pedido formulado para alteração da ordem dia, respondendo assim à afirmação do eleito senhor Pedro Bento quanto ao facto de não se estar a cumprir o Regimento. -----

De seguida deu a palavra à eleita senhora Susana Picanço, que interveio para apresentar um voto de Pesar pela morte de Ruben de Carvalho, o qual se apresenta transcrita de seguida: -----

“Ruben de Carvalho faleceu dia 11 de junho, com 74 anos de idade; foi um intelectual que teve sempre intervenção destacada dentro do Partido Comunista Português, com importantes tarefas, cargos e responsabilidades. -----

Ruben de Carvalho teve uma vida de resistência e luta, tendo-se envolvido - entre muitas outras lutas - no movimento estudantil e na Revolução de Abril, defendendo sempre os valores e enaltecendo as conquistas. Destacou-se no jornalismo e contribuiu, de forma grandiosa, para as áreas da cultura e da arte, tanto a nível nacional como internacional. -----

Na cidade de Lisboa, Ruben de Carvalho teve importantes tarefas e responsabilidades, tendo sido inclusivamente membro do Conselho Diretivo do Centro Cultural de Belém.--

Foi, durante toda a sua vida, um homem empenhado na luta, na liberdade e na democracia, um homem do PCP, mas não só, um homem de Lisboa, da arte e da cultura que nos deixou a todos nós mais tristes e desamparados, sobretudo aos que tiveram o privilégio de com ele privar e de com ele poder aprender a ser um pouco melhor todos os dias. -----

Os eleitos da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, deliberaram por unanimidade: -----

1 – manifestar o seu pesar pelo falecimento de Ruben de Carvalho; -----

2 – apresentar as mais sinceras condolências e solidariedade pela perda ao Partido

4

*Comunista Português e à Família. -----
Os eleitos da Assembleia Municipal -----
Montemor-o-Novo, 28 de junho de 2019” -----*

Pediu a palavra o eleito senhor Carlos Zorrinho dizendo que concorda com o texto do documento apresentado pela bancada pela CDU, em todas as suas palavras. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Usou da palavra o eleito senhor Manuel Coelho solicitando informação sobre o ponto de situação da obra de construção da Etar de Ciborro. Referiu também que as bermas da estrada de acesso ao Ciborro se encontram com muito mato, necessitando de uma intervenção urgente. Questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal se já tinha recebido um estudo relacionado com o Rio Almansor, o qual foi apresentado numa sessão da Assembleia Municipal por um aluno, da Escola Secundária. -----

Ainda no uso da palavra, questionou o executivo se autorizou a instalação de um depósito de sucata, num lote da ZIA, mostrando-se grande preocupação pelo perigo que oferece principalmente às linhas de água. -----

De seguida, interveio o eleito senhor Joaquim Bastos dizendo que teve conhecimento de que alguns concelhos do nosso distrito assinaram contratos de integração na rede de apoio ao autocaravanismo que está a ser desenvolvido pela Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo, a qual está a oferecer uma linha especial de financiamento. Considera que o autocaravanista é um turista que tem um grande poder de compra e que este tipo de turismo está a crescer em todo o país. Montemor não se candidatou apesar da excelente posição geográfica, das boas vias de acesso, do património natural e edificado e dos espaços existentes apropriados, ou seja, não estamos a acompanhar o progresso. Questionou o executivo sobre qual o conceito de desenvolvimento turístico que a Câmara Municipal tem para o nosso concelho. -----

Pediu para usar da palavra o eleito senhor Luis Machado para dizer que concorda com a intervenção do senhor Joaquim Bastos. Informou o mesmo eleito ter sido contacto através do seu email pessoal por empresa denominada de *SaphetyGov*, desconhecendo a razão deste contacto. De seguida referiu ter conhecimento que um privado mostrou interesse em instalar um posto de abastecimento de carros elétricos. Perguntou também sobre o ponto de situação da obra do Jardim Público e Rua de Avis. O eleito senhor Augusto Pascoal interveio de seguida manifestando a sua preocupação com o atraso das obras na cidade, porque estão a causar grandes constrangimentos aos comerciantes, moradores e a quem visita a cidade. Para quando está previsto término da obra. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito pelo PSD, senhor Pedro Teixeira o qual referiu que a Câmara deveria agendar uma visita com municípios aos arruamentos intervencionados. -----

O eleito senhor António Xavier solicitou esclarecimentos sobre uma queixa contra a câmara municipal. Que ações estão a ser desenvolvidas, por parte do município, com a Alma D’Arame e as Oficinas do Convento. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes perguntando ao executivo para quando está previsto o início da intervenção na EM que liga Ciborro a Lavre. -----

Pediu para intervir a eleita senhora Elisabete Martins colocando diversas questões sobre a obra da Rua de Avis e se já foram visitados todos os comerciantes da Rua de Aviz. Mostrou preocupação como serão minimizados os danos causados nas fachadas das lojas e habitações. -----

O eleito pelo PS, senhor Joaquim Galvão congratulou-se com o modo como decorreu todo o processo do voto eletrónico, no nosso concelho. Disse ainda que as horas de formação foram bastante úteis e que, em suma, foi uma boa experiência. -----

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras afirmando que no concelho de Montemor-o-Novo, apenas foram tidos em conta os votos das mesas tradicionais, sendo que por essa razão os dados da abstenção foram falseados. Os votos eletrónicos não contaram. Considera que um importante avanço destas eleições foi o facto de poder ser realizado o voto antecipado. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas relatou que alguns problemas que surgiram relativamente ao voto eletrónico na freguesia de São Cristóvão, foram essencialmente quebras de rede e cortes de energia, por parte da EDP, dificuldades essas que são sentidas diariamente e que já foram diversas vezes comunicadas por parte do executivo da Junta de Freguesia. -----

Interveio, de seguida, o eleito senhor Luis Machado referindo que na sua opinião todo o processo decorreu muito bem, que o Município se empenhou bastante para que assim fosse, realçando a elevada afluência de munícipes, de todas as idades, às mesas de voto eletrónico. -----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Rejeição de Competências – Decreto-Lei nº. 32/2019 de 2019-03-04: “Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade” -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que, à semelhança de outras deliberações já tomadas sobre a transferência de competências para as autarquias locais, enquadradas na Lei 50/2018, a Câmara Municipal deliberou relativamente a este diploma setorial, rejeitar também estas competências, para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte porque considera que continuam a não ter os requisitos necessários a uma efetiva descentralização de competências, propondo agora aos eleitos da assembleia municipal que se pronunciem sobre o documento. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Carlos Zorrinho dizendo que vão votar contra esta proposta de rejeição, afirmando que na sua opinião, a CDU prefere acusar o governo e rejeitar as competências. Era importante a realização de um debate para avaliar as vantagens e desvantagens da transferência de competências, porque assim quem perde são os munícipes. -----

O eleito pelo PSD, senhor Pedro Teixeira informou que irá abster-se quanto à proposta em discussão. Manifestou alguma apreensão pelo facto de o tempo passar muito rápido e estar demasiado próximo o ano de dois mil e vinte, questionando a câmara se tem um plano para quando forem impostas estas transferências. -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal usou novamente da palavra para referir que neste momento estamos a pronunciar-nos apenas em relação aos anos de 2019 e 2020. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Pedro Teixeira para dizer que as restantes forças políticas também deveriam ter sido ouvidas. -----

Ainda sobre a proposta em análise, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela afirmou que votaria favoravelmente se a pronuncia fosse apenas referente ao ano de dois mil e dezanove. -----

O eleito senhor António Martins usou da palavra dizendo que os nossos governantes retiraram às populações serviços públicos, como postos dos CTT, postos da GNR, extinguiram freguesias, ou seja, tudo o que funcionava em comunidade, em conhecimento de proximidade e de responsabilidade, por tudo isto existem muitas razões para condenar estas políticas da Administração Central. Não podemos aceitar estas transferências de competências que deviam ser tratadas por quem detém a tutela, ou seja o governo. -----

Interveio de seguida o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado, para referir que as características previstas neste decreto não se enquadram no nosso concelho. Disse ainda que alguns Postos da GNR das freguesias estão a encerrar pelas dezassete horas e que temos muitos problemas de segurança para os quais é necessária a intervenção de mais meios humanos e materiais. -----

O senhor Manuel Coelho, eleito pelo Partido Socialista e como resposta à intervenção do eleito António Martins, dizendo que todas as questões por eles referidas, podem ser resolvidas com o voto, porque todos têm oportunidade de escolher onde pretendem votar e respeita os montemorenses que elegeram a maioria CDU para governar a autarquia. -----

O eleito pelo CDS-PP, senhor António Xavier pronunciou-se relativamente aos pontos um e dois da ordem de trabalhos, solicitando à Câmara Municipal mais proatividade, porque as datas estão a aproximar-se e que deveria apresentar propostas concretas. -- Não havendo mais pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação. - Deliberação: Aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pela CDU(16) e pelo CDS-PP(2); nove votos contra dos eleitos pelo PS e uma abstenção do eleito pelo PSD(1). -----

2º. Ponto – Rejeição de Competências – Decreto-Lei nº. 44/2019 de 2019-03-04: “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil”. -----

A senhora Presidente da Câmara interveio afirmando que os argumentos são os mesmos relativamente ao ponto anterior, pelo que a proposta apresentada é de não aceitação de transferência de competências no âmbito deste decreto lei. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Luis Machado para dizer que gostaria de ouvir nestas sessões em que são debatidos estes temas, algumas propostas/razões para aceitar estas transferências, o que nunca aconteceu.-----

Não havendo questões sobre o documento, foi o mesmo colocado à votação de imediato. -----

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pela CDU(16) e pelo CDS-PP(2); nove votos contra dos eleitos pelo PS e uma abstenção do eleito pelo PSD(1). -----

3º. Ponto – Proposta de adesão à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo
Relativamente a esta proposta a senhora Presidente da Câmara referiu que o executivo considera que do ponto de vista da promoção do território e no âmbito dos objetivos traçados pela Agência Regional de Promoção Turística e pelas ações desenvolvidas no território e fora dele, será bastante importante usufruir das vantagens associadas a esta adesão para o nosso concelho. -----

Acerca da proposta em discussão, o eleito senhor António Xavier considera que a Câmara está a colocar a promoção do nosso concelho nas mãos de outras entidades. O trabalho da Câmara não é receber turistas, mas sim auxiliar a promoção dos nossos agentes económicos. Na sua opinião o site da Câmara necessita de uma atualização. ---

Em resposta à intervenção do eleito António Xavier, a senhora Presidente da Câmara Municipal salientou que o que se pretende é a associação a uma entidade que será bastante vantajosa para a promoção do nosso concelho. -----

Informou ainda que na próxima semana irá decorrer uma reunião de trabalho, no âmbito de uma renovação global que está a ser preparada para o site. -----

Interveio o eleito senhor Luis Machado questionando a Câmara Municipal se foi feito contacto com os agentes económicos da área do turismo, no sentido de darem o seu parecer relativamente a esta adesão. Solicitou também informação se a câmara tem reunido com os agentes económicos regularmente. -----

Voltou a usar da palavra a senhora Presidente da Câmara para informar que não foram promovidos contactos com agentes económicos no âmbito desta adesão, salientando que os estatutos prevêm que eles próprios poderão também ser associados. -----

Em resposta à questão afirmou que apesar de não terem reunido formalmente, têm sido realizadas, nos últimos tempos, visitas a estabelecimentos hoteleiros, no sentido de ouvir os seus contributos, opiniões e dificuldades. -----

Não havendo questões sobre o documento, foi o mesmo colocado à votação de imediato. -----

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4º. Ponto – 1º. Relatório Anual de Monitorização da ORU da Avenida e Antigo Campo da Feira -----

Relativamente a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara disse que de acordo com a estratégia definida para as Operações de Reabilitação Urbana, aprovadas pela Assembleia Municipal à cerca de um ano e conforme previsto pela lei é necessária a apresentação aos eleitos da Assembleia Municipal do Relatório Anual de execução dos objetivos definidos para cada uma das ORU, sendo esse o documento que se apresenta a deliberação, no caso em concreto, refere-se às intervenções na ORU da Avenida e Antigo Campo da Feira. -----

Pediu para intervir o eleito pelo PSD, senhor Pedro Teixeira referindo que não poderá votar favoravelmente, porque considera os relatórios demasiado sintéticos em termos de informação sobre as intervenções realizadas. -----

Sobre o documento, o eleito senhor Pedro Bento informou que os eleitos da bancada pelo Partido Socialista vão abster-se quanto à votação dos pontos quatro, cinco e seis da ordem de trabalhos, por falta de elementos, desconhecendo também os Autos de Medição das obras. -----

Ainda sobre este assunto, o eleito senhor Joaquim Gervásio afirmou que todos relatórios têm a ver com a monitorização do conjunto das intervenções que estavam planeadas para cada uma das ORU, sendo que as mesmas não dependiam apenas da Câmara Municipal, mas também dos proprietários desses edifícios, não sendo os mesmos obrigados a fazer quaisquer intervenções. Concluiu afirmando que os documentos refletem apenas uma análise à estratégia. -----

Não havendo questões sobre o documento, foi o mesmo colocado à votação de imediato. -----

Deliberação: Aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos pela CDU; um voto contra do eleito pelo PSD(1) e onze abstenções dos eleitos pelo PS(9) e pelo CDS-PP(2). Ausentou-se da sala durante a votação um eleito pela CDU. -----

5º. Ponto – 1º. Relatório Anual de Monitorização da ORU do Castelo e Arrabalde -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara dizendo que o documento em questão diz respeito às intervenções na ORU do Castelo e Arrabalde tanto no espaço público, como no edificado. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU; um voto contra do eleito pelo PSD(1) e onze abstenções dos eleitos pelo PS(9) e pelo CDS-PP(2). -----

6º. Ponto – 1º. Relatório Anual de Monitorização da ORU de São Pedro -----

No que respeita a este documento, a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que, à semelhança dos relatórios anteriores, este está relacionado com as intervenções no âmbito da ORU de São Pedro, não havendo intervenções públicas em curso apenas uma intervenção privada. -----

Não havendo pedidos de uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor dos eleitos pela CDU; pelo PS(6) e pelo PSD(1) e cinco abstenções dos eleitos e pelo CDS-PP(2) e pelo PS(3). -----

7º. Ponto – Proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Montemor-o-Novo -----

Não havendo qualquer pedido para intervir, o documento colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

8º. Ponto – Proposta de alteração aos Tarifários Sociais de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos. -----

A senhora Presidente da Câmara interveio referindo que a Câmara possui no Regulamento de abastecimento de água e resíduos um conjunto de critérios no âmbito da atribuição de tarifários sociais, no entanto por força da adesão ao decreto-lei 147/2017, surgiram algumas alterações aos requisitos e conseqüentemente foram

necessárias também algumas alterações quanto aos artigos referentes à atribuição dos apoios municipais. -----

Cabe agora à assembleia municipal deliberar sobre as alterações aos referidos artigos. Não havendo pedidos de esclarecimentos, o documento foi colocado a votação.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

9º. Ponto – Proposta de Protocolo para criação de ATL de Verão 2019 -----

Sobre esta proposta a senhora Presidente da Câmara informou que diz respeito ao conjunto de critérios para criação dos ATL's de Verão nas várias freguesias do concelho. -----

Pediu a palavra o eleito pelo PSD, senhor Pedro Teixeira congratulando-se pela iniciativa e questionando se as inscrições estão relacionadas com as características económicas das famílias. -----

A senhora Presidente da Câmara salientou que estas atividades são de extrema importância, que são a custo zero e por ordem de inscrição. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras salientou que são atividades que visam essencialmente manter ocupadas as crianças e que normalmente as inscrições não são todas preenchidas. -----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, o documento foi colocado à votação.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

10º. Ponto – Rejeição de Competências -----

– Decreto-Lei 58/2019 de 2019-05-28: “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária” -----

– Decreto-Lei nº72/2019 de 2019-05-30: “Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores” -----

A senhora Presidente da Câmara referiu que ambos os decretos-lei se enquadram também no âmbito da Lei nº50/2018 e que não se observam os requisitos que a Câmara Municipal considera relevantes para um processo de atribuição de competências, a proposta que se apresenta hoje, a qual foi deliberada maioritariamente, foi de rejeição dessas competências.-----

O eleito senhor Carlos Zorrinho considera que talvez sejam competências não aplicáveis ao nosso concelho, no entanto este município decidiu rejeitar de forma cega todas as transferências de todas e quaisquer competências, para melhorar a vida dos munícipes. -----

O documento foi colocado à votação, pela senhora Presidente da Assembleia.-----

Deliberação: Aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos eleitos pela CDU(16) e pelo CDS-PP(2); nove votos contra dos eleitos pelo PS e uma abstenção do eleito pelo PSD. -----



11º. Ponto – Aquisição de Serviços “Seguros” – Escolha e Início de Procedimento – Concurso Público (Com Publicidade Internacional) -----

Neste ponto, a senhora Presidente da Câmara disse tratar-se de um procedimento concursal para aquisição de todos os seguros relacionados com a atividade da Câmara para os anos 2020 e 2021. -----

Não havendo qualquer pedido para usar da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto – Proposta de Contrato de Licenciamento de Software para o Período de 2019/2021 -----

A senhora Presidente da Câmara salientou que, quanto a esta proposta, solicita-se à Assembleia Municipal, no âmbito da assunção de compromissos plurianuais que seja autorizada, através da CIMAC, a condução de todo o processo administrativo para a contratação do licenciamento em questão. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado de imediato a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

13º. Ponto – Proposta de renovação de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo/Direção Regional de Cultura do Alentejo/Junta de Freguesia de Santiago do Escoural/Associação Amigos Unidos pelo Escoural -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal relatando que se propõe a renovação do acordo anual entre as referidas entidades de modo a garantir-se o funcionamento da Gruta e do Centro Interpretativo de Santiago do Escoural, para o ano de 2019. -----

Não havendo qualquer pedido de intervenção, a proposta em questão foi colocada à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade -----

14º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sr.ª. da Vila, Bispo e Silveiras (JFUFVBS) – Requalificação da Sede da (JFUFVBS) e Casa das Associações na Rua 5 de Outubro, nº 57 -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que se verificou a necessidade de intervir neste espaço, o qual é utilizado em simultâneo como sede da União de Freguesias e também como Casa das Associações, propõe que o município suporte a totalidade do valor da intervenção, dado tratar-se de um edifício municipal. -----

Uma vez que nenhum dos eleitos solicitou o uso da palavra, o documento foi colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

15º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre (JFUFCLL) – Requalificação do exterior do Edifício da Associação de Jovens e Sala Multiusos de Cortiçadas de Lavre -----

Relativamente a este ponto, a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que se refere a um apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, para uma intervenção, no espaço exterior, do edifício da antiga EB1 de Lavre, agora utilizado pela Associação de Jovens e como Sala Multiusos. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, o documento foi colocado à votação. -----
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

Pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras pedindo autorização para se ausentar, por motivos pessoais. -----

16º Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Pediu a palavra o eleito senhor Augusto Pascoal salientando que ficou com uma dúvida quanto ao ponto treze da ordem de trabalhos, uma vez que as seguradoras com sede no estrangeiro não podem operar em Portugal, pelo que a publicidade internacional não fará sentido. -----

A senhora Presidente da Câmara esclareceu que todo o procedimento é feito de acordo com as regras da contratação pública, sendo que a comissão de avaliação de propostas avaliará também a legalidade das atividades das entidades concorrentes. ----

Ainda no uso da palavra a senhora Presidente da Câmara disse que o município não apresentou candidatura à rede de caravanismo, no entanto vai candidatar-se ao Programa Valorizar, no âmbito da Entidade Regional de Turismo. -----

Quanto aos carregamentos de veículos elétricos, a Câmara manteve contactos com um privado e há relativamente pouco tempo com a empresa Mobi.e. Disse também que as intervenções que decorrem no Jardim Público e envolvente estão de acordo com os projetos apresentados e aprovados, após o período que decorreu de discussão pública. Regularmente são feitas visitas, também no sentido de recolha de contributos. Estão a ser projetadas ações de valorização para aquela área comercial. Afirmou ainda não ter conhecimento de nenhuma queixa contra a Câmara Municipal, por razões ambientais, relacionada com a ETAR de Ciborro. -----

Em resposta à eleita senhora Elisabete Martins a senhora Presidente da Câmara afirmou que se algum comerciante não foi visitado, deve-se a algum lapso apenas. O município está a tentar minimizar os constrangimentos causados a todos. -----

De seguida deu a palavra ao senhor Vereador António Pinetra, o qual em resposta à questão colocada pelo eleito senhor Manuel Coelho disse que a AGDA tem priorizado os investimentos em Etar's que sirvam acima de mil e quinhentos habitantes. A Câmara Municipal continua em contacto permanente com a AGDA de forma a ir acompanhando os processos. -----

A informação que a Câmara Municipal tem da AGDA é que está prevista para o Ciborro a construção de uma Etar idêntica à de Lavre. -----

Relativamente à limpeza de bermas, o senhor Vereador António Pinetra referiu que com a perda de trabalhadores e a impossibilidade de contratação de pessoal durante alguns anos a Câmara Municipal perdeu capacidade de resposta nos serviços prestados à população, sendo necessário recorrer à prestação deste serviço a empresa privada, o que já acontece nos últimos três anos. -----

No que respeita à obra da Rua de Aviz e envolvente salientou que a mesma está a decorrer de acordo com os projetos, no entanto têm-se verificado alguns atrasos, nomeadamente por falta de pessoal da empresa. Apesar de todos os outros

constrangimentos, tem-se conseguido desenvolver os trabalhos sem recorrer à interrupção do abastecimento de água e águas residuais, assim como todos os serviços prestados. Acrescentou ainda que acompanha diariamente a obra e conhece os problemas dos comerciantes e moradores. -----

Informou também que já se encontra aprovado o projeto para a intervenção na EM 507, cujo concurso irá avançar para breve. Relativamente à visita às ruas intervencionadas na cidade, afirmou que essas intervenções foram feitas de acordo com as necessidades manifestadas pelos munícipes, sendo que decorre a fase de análise sobre as próximas artérias a ser intervencionadas. -----

Seguidamente a senhora Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto, o qual esclareceu o eleito senhor Luis Machado relativamente à empresa *SaphetyGov*, dizendo que a mesma está a tratar a questão da implantação da fatura eletrónica. -----

Em resposta à questão colocada pelo eleito senhor António Xavier, o senhor Vereador Gil Porto esclareceu que se trata de um Contrato de Prestação de Serviços relacionado com o projeto o Cineclube e Fimoteca Municipal, que inclui um conjunto de atividades relacionadas com o cinema, nomeadamente o Cineclube que decorre no Cine Teatro Curvo Semedo às quintas-feiras, o Cinema nas Freguesias e Noites de Verão na cidade, atividades da escola, recolha de vídeos na comunidade e um evento transdisciplinar. -- Voltou a usar da palavra o senhor Vereador António Pinetra para dizer que as árvores foram retiradas do Jardim Público, porque não ofereciam segurança devido ao seu porte. Vão ser replantadas outras árvores, possivelmente de outras espécies, ao longo do espaço do jardim, no entanto, vai ser feita uma vistoria às restantes, no sentido de analisar a sua situação. -----

Disse ainda que existem outras árvores sinalizadas para abate, dentro da cidade, nomeadamente uma palmeira existente no estacionamento junto à Câmara Municipal. Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal para solicitar autorização aos eleitos, de acordo com o Regimento, para continuar os trabalhos, por serem zero horas e ainda haver assuntos para tratar. Sendo aprovada, os trabalhos da sessão continuaram. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Joaquim Galvão, dizendo que algumas das árvores poderiam ter sido poupadas e que a população não tem aceite esta decisão da câmara, que ainda assim terá tido razões para assim proceder. Na sua opinião poderiam ter aproveitado alguma parte para futuros bancos ou placas do Jardim. -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela pediu informação se estão programadas repavimentações para a freguesia de Cabrela. -----

Em resposta o senhor Vereador António Pinetra informou que serão feitas algumas repavimentações também nas freguesias. -----

O eleito senhor Manuel Coelho interveio para referir que as raízes das árvores também são bastante prejudiciais para as infraestruturas e que muitas vezes têm mesmo de ser retiradas. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a mesa procedeu de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, não tendo havido nenhuma intervenção. -----
Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezanove. -----
E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues